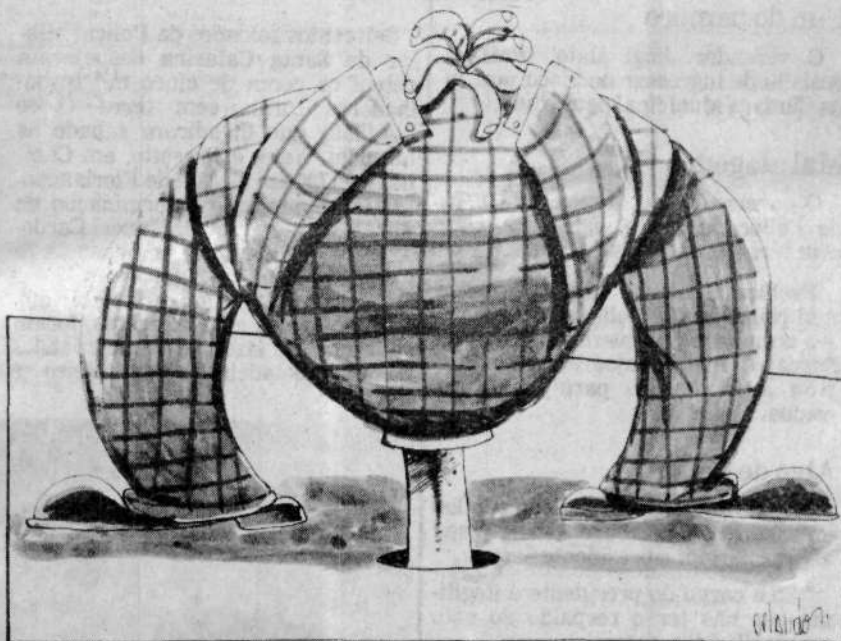


Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Manias de avestruz

ALMINO AFFONSO



A situação política nacional, nos últimos três meses, vem se agravando de modo assustador.

Nenhuma tarefa neste momento é mais importante do que a rearticulação das instituições democráticas. O fórum legítimo para levá-la a bom termo (o único fórum, diga-se com toda ênfase) é a Assembléia Nacional Constituinte. Não obstante essa verdade inquestionável, o que se vê, cada dia mais, é o bombardeio contra ela a torto e a direito, sem que em troca ninguém ofereça nada melhor.

É inevitável que, no processo de elaboração da Constituição, vão-se adotando decisões que não agradam a todos. Como fazer o milagre de que todos pensem de igual modo? Uma Constituição, por natureza, é uma síntese das aspirações nacionais conforme logrem captá-las os constituintes, vale dizer os representantes do povo livremente eleitos para cumprirem esse encargo.

É falso imaginá-la como uma obra de juristas ou, mais amplamente, de cientistas sociais. Uma Constituição é sobretudo uma construção política e, nestas condições, expressa o estágio político da sociedade e traduz, com maior ou menor clareza, a correlação das forças sociais. É no redemoinho dessas realidades que, na concepção democrática, se elabora uma Constituição.

A Constituinte de Brasília (chamemo-la assim para contrastar com a contrafação de 1967) é, na história de nossas Constituintes, a mais aberta à intervenção da cidadania. Tem sido fascinante ver os mais diversos setores da sociedade, agrupados em numerosas delegações, desfilar pela Assembléia Constituinte levando a ela reivindicações, críticas ou aplausos, cumprindo a importante função de grupo de pressão social.

Além disso, na atual Constituinte ficou assegurado o direito de o povo participar de maneira direta na elaboração constitucional, desde que o texto apresentado contasse com o apoio de trinta mil eleitores. Não sei de nenhuma outra Constituinte, na história de todos os povos, que tenha aberto espaço igual à cidadania. Aqui, dezenas de proposições trilharam esse caminho democrático...

Não tenho dificuldade em reconhecer que, uma ou outra matéria, poderia ter tido um tratamento mais flexível. Vou mais longe: para evitar impasses, teria sido prudente não esticar tanto a corda em certas questões. Sem rodeios, insisto em dizer que o fundamental deste momento é a consolidação da ordem democrática. Criados os mecanismos institucionais que permitam ao povo a defesa de seus interesses, tudo o mais vem pela dinâmica da própria sociedade.

De todo modo, tudo quanto se tenha votado na Comissão de Sistematização até agora é suscetível de ser modificado pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, os que estejam em desconformidade têm absoluto direito de buscarem influir nos constituintes, visando redefinir o texto constitucional. Mas tudo isso tem um pressuposto irremovível: o que for aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte obriga a todos, desde o mais humilde ao mais poderoso dos cidadãos.

Neste contexto, a tese sustentada pelo deputado Delfim Netto (e depois apoiada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", em editorial de 27 de outubro de 1987) além de absurda do ponto de

vista jurídico é, politicamente, golpista. Servidor fiel do regime autoritário ao longo de 21 anos, o sr. Delfim Netto propõe que se desconheça a vontade do povo expressa nas urnas do ano passado e se convoquem eleições gerais, em 1988, a todos os níveis.

Custa crer, mas esta é a tese formulada. Na essência, ela prega a anulação do mandato dos governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais, reduzindo além disso o mandato do presidente José Sarney para quatro anos. Dando-se por descontado que não haverá renúncia coletiva, quem terá poder legítimo para pôr em prática tal monstruosidade política? Desde logo, ninguém. Salvo a violência (diz "O Estado de S. Paulo" em seu mencionado editorial), essa "parteira da História".

A gravidade da proposta é imensa. O deputado Delfim Netto não peca pela ingenuidade. A pretensa sustentação teórica dada pelo editorial de "O Estado de S. Paulo", à parte o sofisma em que foi montada, inquieta mais ainda. Para mim, o jogo está claro: a título de encontrar uma saída para a crise nacional, propõe-

se o inviável, põe-se lenha na fogueira e aguarda-se o impasse.

Por trás de tudo isso, o objetivo já é visível: recusar a legitimidade do trabalho dos constituintes. Portanto, não aceitar a ordem constituída que nascerá da Constituição. Ora, isto é golpe, usem os mecanismos que quiserem usar. O senador Fernando Henrique, em entrevista à Folha de S. Paulo, fez grave denúncia sobre a trama que estão urdindo, inclusive com a participação do sr. Saulo Ramos, pretendendo bater às portas do Supremo Tribunal Federal para limitar os poderes da Assembléia Nacional Constituinte.

Some-se a esse quadro o manifesto do general João Baptista Figueiredo. Releia-se com atenção o artigo do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, uma espécie de desdobramento acadêmico do mencionado manifesto. O que há de comum entre ambos os textos? O cuidado de desenhar um país sem saída, já que não há razão alguma para confiar na ordem constitucional que está sendo gestada.

O general Leonidas Gonçalves, com a responsabilidade que tem de ministro do Exército, declarou que a transição democrática será garantida e que ninguém ouse quebrá-la. Falou forte, falou duro. A nação registrou suas palavras com enorme confiança. E os oficiais deram a elas o respaldo público em admirável manifestação de solidariedade a seu chefe.

Contudo (eu que fiz curso intensivo de golpes de Estado nesta América Latina...), ousou dizer: há nuvens no horizonte preteando... os ventos ainda sopram de leve... Mas, a qualquer momento, desencontrados, podem varrer tudo outra vez. Acima das aspirações pessoais, é urgente que os democratas de todas as tendências se unam. Para defenderem com força o que é fundamental e terem coragem política para transigir onde caiba transigir.

Tudo o mais são manias de avestruz. Mas não há de ser pondo a cabeça entre as asas que o temporal passará.

ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO, 57, é vice-governador do Estado de São Paulo e presidente regional do PMDB-SP; advogado, foi deputado federal e secretário dos Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo (governo Montoro).